

MECANISMOS E MEDIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

MECHANISMS AND MEASURES FOR GENDER EQUITY AND COMBATING VIOLENCE
IN COMMUNITY UNIVERSITIES IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL

Neiva Furlin¹

<https://orcid.org/0000-0002-5103-2104>

Eloísa Bido²

<https://orcid.org/0000-0003-4326-9483>

Nataly Milagros Rubio Peñafiel³

<https://orcid.org/0009-0008-5091-1327>

Resumo: As desigualdades de gênero estão na base das violências que ocorrem nas instituições sociais, que requerem políticas institucionais efetivas, inclusive nas universidades. O objetivo deste artigo é evidenciar o mapeamento dos mecanismos de gênero, criados em Universidades Comunitárias (UC) da Região Sul do Brasil, até o ano de 2022, identificando as ações que realizam, em vista de uma cultura de igualdade e da prevenção das violências. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo exploratório documental. Os dados foram produzidos por meio da consulta aos *sites* das instituições acadêmicas. A partir dos achados realizou-se a análise temática, à luz dos estudos de gênero. Os resultados apontam que das 32 universidades, somente cinco possuem alguma medida ou mecanismo para promover a igualdade de gênero e esse número se reduz para três quando se tratam de ações para combater as discriminações e violências. Faz-se necessário maior comprometimento das instituições universitárias, visando à permanência das mulheres na universidade, já que elas são as mais impactadas pelas violências de gênero.

Palavras-chave: Mecanismos Institucionais. Universidades comunitárias. Igualdade de gênero. Violências.

Abstract: Gender inequalities are at the root of the violence that occurs in social institutions, which require effective institutional policies, including in universities. The objective of this article

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio de doutorado na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC), Joaçaba -SC, Brasil. E-mail: nfurlin@yahoo.com.br.

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Graduada em Psicologia. É membro do grupo de pesquisa Educação Políticas Públicas e Cidadania na Unoesc, Joaçaba-SC, Brasil. E-mail: eloisabido22@gmail.com.

³ Nataly Milagros Rubio Peñafiel. Bacharel em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). É membro do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania da Unoesc, Joaçaba-SC, Brasil. E-mail: nataly.rubiop@pucp.pe.

is to highlight the mapping of gender mechanisms created in Community Universities (UC) in the Southern Region of Brazil, up to the year 2022, identifying the actions they implement in view of a culture of equality and the prevention of violence. This is a qualitative, exploratory documentary study. Data was collected by consulting the websites of academic institutions. Based on the findings, a thematic analysis was carried out in light of gender studies. The results show that out of 32 universities, only five have some measure or mechanism to promote gender equality, and this number is reduced to three when it comes to actions to combat discrimination and violence. Greater commitment is needed from university institutions, aiming at the permanence of women in university, since they are the most impacted by gender-based violence.

Keywords: Institutional Mechanisms. Community Universities. Gender equality. Violence.

INTRODUÇÃO⁴

A igualdade de gênero é o quinto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em que se estabelece como meta a necessidade de acabar com todas as formas de discriminação e eliminar todas as violências contra mulheres e meninas, nas esferas públicas e privadas (Nações Unidas Brasil, 2015). Tal exigência pode ser remetida não somente aos Estados, mas às instituições de ensino superior, que precisam se comprometer com uma cultura de igualdade de gênero e erradicação das violências que ocorrem no espaço universitário, baseadas no sexo e na identidade de gênero.

As violências, que resultam das desigualdades de gênero, não é algo restrito da esfera privada, familiar e doméstica, mas também do espaço público, sendo presenciadas em diferentes instituições sociais (Martins; Bandeira; Dias, 2022). As universidades, como centros de produção do conhecimento, não estão isentas dessa realidade (Lima; Ceia, 2022), uma vez que nelas se reproduzem estruturas hierárquicas e relações desiguais de poder. Essas desigualdades tendem a produzir dinâmicas sexistas de culpabilização das vítimas e de normalização de comportamentos abusivos, nas relações que se estabelecem entre sujeitos que frequentam o ambiente universitário (Bellini; Mello, 2022). As desigualdades de tratamento, discriminações e violências de gênero ocorrem nas salas de aula, nos grupos de pesquisa, nos laboratórios, nas festas, nos trotes, entre outros, impactando na saúde física, mental, emocional das vítimas e no desenvolvimento acadêmico, podendo até mesmo levar ao abandono da carreira (Martins; Bandeira; Dias, 2022).

Apesar de ocorrer em diferentes situações, a violência é normalizada por meio de um padrão de comportamento que está enraizado nas normas institucionais e nas práticas cotidianas que reforçam as hierarquias de privilégios e de desigualdade no exercício do poder. Desse modo, as mulheres nunca estão isentas de sofrerem algum tipo violência, já que a universidade é o espelho da sociedade (Capovilla, 2016). Contudo, muitas formas de violência não são ainda reconhecidas como tal, porque se reproduz uma visão de que na universidade, sendo um lugar que concentra indivíduos privilegiados intelectualmente, as violências de gênero nunca ocorrem (Porto, 2017).

Diante das situações de desigualdades e de violências, uma das iniciativas das universidades tem sido a produção de materiais informativos e educativos sobre o tema. Por outro lado, estudantes que sofrem violências nem sempre encontram apoio das instituições acadêmicas

⁴ Pesquisa financiada pelo CNPq, Processo n. 405277/2021-0.

e nem sempre possuem as informações necessárias sobre como agir e quais são os canais institucionais confiáveis para realizar as denúncias. Nesse sentido, a pesquisa de Bruna Silveira da Rosa et al. (2020), sobre a percepção de assédio moral e sexual relativo a gênero, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, evidenciou que as mulheres são quem mais experimentam o assédio moral e sexual, em comparação aos homens. Essa pesquisa também apontou que as vítimas acabam não denunciando a violência sofrida por terem receio de que seu abusador interfira no processo ou por considerarem não ter testemunhas ou provas suficientes para serem acreditadas. Em geral, as vítimas de assédios preferem não denunciar por desacreditarem que a universidade venha fazer algo a respeito dos fatos (Gama; Baldissera, 2022), ou por não confiarem suficientemente nos mecanismos, quando esses existem.

É importante ressaltar que o fenômeno da violência de gênero nas universidades brasileiras se tornou mais visível a partir de 2014, com as recorrentes denúncias feitas por jovens estudantes de algumas universidades, que relataram as violências e humilhações a que foram submetidas em festas e trotes universitários (Porto, 2017). Contudo, diante da ineficiência das instituições universitárias, as estudantes têm criado iniciativas, como coletivos feministas voltados a acolher as vítimas, visibilizar os casos de violência, exigir providências por parte das instituições acadêmicas, pressionando a criação de mecanismos de prevenção e enfrentamento das violências contra as estudantes (Almeida, 2017). Essa mesma questão tem sido apontada por Gama e Baldissera (2022, p. 338), pois essas autoras mencionam que frente à postura institucional, frequentemente omissa em lidar com as violências de gênero, “estudantes têm pressionado fortemente as universidades a tomar providências para erradicar as violências de gênero, o racismo institucional, entre outras violências”.

De acordo com a literatura consultada, a violência de gênero se manifesta de maneira mais frequente nos contextos universitários por meio da violência psicológica e do assédio sexual, principalmente cometido por professores (Bermúdez-Urbina, 2014; Elías; Solís, 2018). Outros estudos apontam que os olhares lascivos, insinuações, “brincadeiras” com tom sexual, alusões a atributos físicos, mensagens (e-mails, WhatsApp e bilhetes escritos) também trazem sérias consequências às vítimas (Bermúdez-Urbina, 2014; Mingo, 2020).

Com a ausência de mecanismos institucionais universitários para apurar os casos de violências de gênero, as universidades acabam sendo cúmplices, camuflando abusos e agressões, já que a normalização deste tipo de violência passa a ser considerada apenas como simples “brincadeiras” de conteúdo ambíguo, sem a finalidade de qualquer tipo de constrangimento para quem a recebe. Com isso, os agressores acabam não sendo responsabilizados e punidos pelos seus atos (Maia, 2023). Considerando tal cenário, é fundamental que as instituições de ensino superior tenham compromisso com a equidade e a erradicação das violências de gênero que ocorrem no espaço universitário.

Portanto, o objetivo deste artigo é evidenciar o mapeamento dos mecanismos de gênero, criados em universidades comunitárias da Região Sul do Brasil, até o ano de 2022, identificando as ações que realizam em vista de uma cultura de igualdade e da prevenção das violências. Quando falamos de mecanismo de gênero estamos nos referindo a um locus, que pode ser uma Coordenação-Geral, Diretoria Secretaria, Núcleo, Assessoria, Comitê ou uma política que reúne, de maneira periódica, membros de “instâncias decisórias” com cunho institucionalizado, de

representatividade e responsabilidade, tendo como foco a igualdade de gênero e o enfrentamento de violências com base no sexo, identidade de gênero e orientação sexual.

Além desta introdução, o presente artigo está estruturado em mais quatro partes. Na primeira, apresentamos os pressupostos metodológicos da pesquisa e, em seguida, realizamos um breve aprofundamento teórico sobre violência de gênero e políticas públicas, conceitos que sustentam o estudo. Na terceira parte, evidenciamos os mecanismos de gênero mapeados nas UC da Região Sul do Brasil e ações que estes realizam, estabelecendo uma análise temática e reflexiva acerca dos achados. Por fim, tecemos algumas conclusões a partir dos achados da pesquisa e apontamos as janelas que se abrem para outros estudos acerca da temática.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está fundamentada em uma abordagem qualitativa do tipo exploratória. Esse tipo de pesquisa é necessário para abordar um fenômeno pouco estudado, como é o caso do mapeamento dos mecanismos institucionais de Gênero nas Universidades Comunitárias (UC) da Região Sul do Brasil, até o ano de 2022. Ou seja, uma pesquisa assim permite levantar novos problemas que poderão ser aprofundados em outras investigações científicas. A escolha pelas UC é porque na Região Sul tem-se um número expressivo desse tipo de universidade, as quais foram fundadas na segunda metade do século XX, com interesse político-comunitário de desenvolvimento social e econômico de pequenas cidades ou centros urbanos, em regiões interioranas, lugar onde as instituições públicas não estavam presentes (Lückmann; Cimadon; Bernart, 2015).

Trata-se de uma pesquisa documental, tendo como limite temporal o ano de 2022. A produção dos dados ocorreu por meio de diferentes estratégias. Primeiro foi realizada uma consulta aos *sites* das universidades comunitárias, utilizando-se de descritores, como: comitê de gênero e diversidades, secretaria de gênero e diversidades, comitê de equidade de gênero, núcleo de atenção à mulher, coordenadoria de enfrentamento da violência contra as mulheres, entre outros. Como encontramos poucos dados, em uma segunda etapa realizamos uma tentativa de contato por meio de *e-mails* institucionais e não recebemos retorno⁵. Considerando a necessidade de maior evidência, criamos outra estratégia, que foi a consulta às notícias publicadas pelas universidades sobre o tema, com o intuito de encontrar informações vinculadas às ações e/ou mecanismos criados pelas instituições voltados à equidade de gênero e ao combate de violências de gênero nas universidades. Em razão do grande número de publicações nos *sites* das UC, foi delimitado o recorte temporal de 2019 a 2022. Esse levantamento ocorreu entre julho de 2022 e dezembro de 2022 e permitiu encontrar outros dados que ainda não havíamos obtidos na primeira consulta aos *sites* institucionais, quando se buscou pelos mecanismos de gênero.

As informações encontradas foram sistematizadas de modo a deixar evidente as especificidades em relação aos objetivos e finalidades dos mecanismos de cada instituição. Em seguida, foram submetidas à análise temática, cuja técnica é flexível e não requer uma teoria ou epistemologia particular, uma vez que pode ser aplicada em diferentes abordagens teóricas e

⁵ A dificuldade de retorno pode estar vinculada ao fato de que as universidades publicam somente os *e-mails* de setores pedagógicos, financeiros ou administrativos que, em geral, estão sempre com muitas demandas.

epistemológicas (Silva; Barbosa; Lima, 2020). Essa análise teve por base os referenciais teóricos dos estudos de gênero, nas concepções que envolvem as relações de poder e violências, bem como o marco jurídico internacional sobre direitos humanos das mulheres e políticas com perspectiva de gênero.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Para falar em mecanismos institucionais de gênero, faz-se necessário evidenciar a relação entre gênero, poder, violências e políticas públicas. As violências de gênero resultam das desigualdades de poder, as quais se materializaram historicamente por discursos simbólicos e normas sociais que reproduziram a inferiorização e a subordinação dos corpos femininos. A historiadora Joan Scott (1995) tem afirmado que gênero é um “elemento constitutivo das relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e que também é “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Em outras palavras, as desigualdades de poder, que constituem a sociedade patriarcal, estão fundamentadas pela demarcação de características biológicas da diferença sexual entre homens e mulheres. Para Lourdes Maria Bandeira (2017), o exercício de poder entre gêneros é cultural e está marcado pela desigualdade histórica, que acarreta severas consequências de exclusão social, inclusive acentuando-se de maneira interseccional na classe e raça/etnia.

As desigualdades de gênero atravessam as instituições sociais e também estruturam as relações em instituições de ensino superior, de modo que as universidades reproduzem valores machistas e patriarcais, que remetem a certos padrões de masculinidade e de feminilidade, que legitimam hierarquias de poder e relações desiguais, gerando processos de violência contra os corpos femininos (Carvalho; Montané, 2012).

A violência de gênero, de acordo com a definição de Cecília Sardenberg e Márcia Tavares (2016, p. 8), refere-se a qualquer “tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”. Assim, ela não se restringe às mulheres, mas afeta também outros grupos que a sociedade patriarcal considera feminilizados, a exemplo de pessoas da comunidade LGBTQIA+ (Almeida; Zanello, 2022). Contudo, são as mulheres as maiores vítimas desse tipo de violência e este tem se tornado a principal causa de morte desse grupo, em nível mundial (Bellini; Mello, 2022). E quando se trata das pessoas LGBTQIA+, em geral, os corpos que performatizam o gênero feminino são os que têm maior probabilidade de sofrerem violência de gênero.

No caso das pessoas trans, estudos apontam que são os corpos que assumem a identidade de gênero feminino que mais sofrem discriminação, preconceito, violência psicológica, negação de direitos mínimos, espancamentos e, sobretudo, assassinato (Lôndero; Reis; Mewes, 2024). Esses autores mostram que o Brasil tem liderado o *ranking* de países com o maior número de homicídios de pessoas trans, mesmo considerando que muitos casos são subnotificados.

Assim, a violência de gênero está vinculada a uma cultura baseada no poder e no controle dos corpos femininos, contra a qual o Estado e a sociedade civil ainda não têm somado esforços suficientes para mudar essa realidade (Bandeira, 2017). A violência de gênero é uma forma de

violação de direitos humanos e atinge outros direitos, como o direito à saúde integral, o direito ao próprio corpo e o direito à educação, de modo que este fenômeno global tem ocupado lugar no debate internacional, sobretudo em convenções e conferências mundiais promovidas pela ONU.

Vale lembrar, que o Brasil é signatário de vários tratados internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), que visam garantir os direitos humanos, em suas especificidades. O Estado brasileiro tem se comprometido em implementar políticas de igualdade de gênero e de erradicação de processos de violências, em suas interseccionalidades de gênero e sexualidades⁶. Assim, as universidades podem contribuir, assumindo um papel relevante nesta direção. Isto é, podem construir políticas institucionais com a transversalidade de gênero, uma vez que as desigualdades e as violências também se reproduzem nos espaços universitários. A transversalidade de gênero como estratégia de produção de políticas públicas foi um dos grandes avanços da IV Conferência Mundial da Mulher da ONU, realizada em 1995 (Furlin, 2021a), em vista da construção da igualdade de gênero, tão necessária para reduzir os processos de violências. Contudo, a transversalização da perspectiva de gênero, que implica sua integração sistemática em todas as estruturas e processos, é algo ainda incipiente na maioria das instituições de ensino superior (Guinot, 2020).

Segundo Nelly P. Stromquist (1996), as políticas públicas com perspectiva de gênero implicam uma alteração profunda de valores e de ideologia, não apenas para seus destinatários, mas também para os agentes responsáveis para promover tais políticas/ações. Essas políticas consideram os processos de socialização que reproduziram desigualdades e hierarquias, sendo cruciais para a construção de uma nova cultura e de uma democracia de gênero, em que mulheres e homens podem usufruir dos mesmos direitos, das mesmas oportunidades e igual acesso ao poder e aos recursos econômicos e simbólicos. Isso justifica a importância de mecanismos nas instituições acadêmicas que promovam a equidade de gênero e combatam os processos de violência e de discriminação que, em geral, afetam os corpos femininos, violando o direito à dignidade humana, à saúde mental e física e à educação superior.

Assim, a criação de mecanismos de gênero nas universidades é importante tanto para promover ações em vista de uma cultura de igualdade quanto para a prevenção e para dar respaldo jurídico-administrativo diante de processos de violências. Nos últimos anos, algumas universidades, em nível nacional e mundial, têm criado comissões, divisões administrativas, protocolos de enfrentamento às violências (Maito; Severi, 2017). Desse modo, torna-se relevante evidenciar iniciativas que as Universidades Comunitárias, da Região Sul do Brasil, têm criado para promover equidade de gênero e para a prevenção e enfrentamento de processos de discriminação e de violência de gênero.

⁶ Neste trabalho, ao tratar das violências de gênero, mesmo que, em geral sejam as mulheres as principais vítimas, consideramos que essas são atravessadas por outros marcadores, como sexualidade, raça, entre outros. Contudo, as ações dos mecanismos mapeados nem sempre apontam a intersecção de raça e sexualidade. Algumas se focam mais às pessoas LGBTQIA+, outras às mulheres, ou mesmo falam das diversidades sexuais, de modo mais geral.

MECANISMOS DE GÊNERO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Neste ponto passamos a evidenciar o resultado do mapeamento dos mecanismos de gênero, criados em Universidades Comunitárias, da Região Sul do Brasil, e as ações que elas realizam no espaço acadêmico. Assim, considerando o conceito de mecanismos de gênero, mencionado na introdução deste artigo, podemos dizer que encontramos somente três. Contudo, incluímos mais oito medidas/iniciativas que visam promover a igualdade/equidade de gênero e/ou prevenir as violências no espaço da comunidade universitária.

Tabela 1 – Mecanismos/ medidas em Universidades Comunitárias da Região Sul

Estado	Universidades	Mecanismos e medidas
Rio Grande do Sul	14	10
Santa Catarina	14	1
Paraná ⁷	4	0
Total	32	11

Fonte: elaboração das autoras (2022).

Conforme se observa na Tabela 1, foram encontrados 11 mecanismos/iniciativas que se constituem como políticas, programas permanentes que visam promover a igualdade de gênero e fazer enfrentamento às violências no interior da comunidade acadêmica. O que impressiona é que de 32 Universidades Comunitárias, tais mecanismos se concentram em cinco delas, uma de Santa Catarina e quatro do Rio Grande do Sul, o que representa 15,6% do total das Universidades Comunitárias da Região Sul do Brasil, isto é, um número muito reduzido. No quadro, que segue, evidenciamos as universidades com seus respectivos mecanismos ou iniciativas voltadas a promover uma cultura de igualdade de gênero e de enfrentamento das violências.

Quadro 1 – Mecanismos para a igualdade/equidade de gênero nas universidades comunitárias da Região Sul do Brasil, até 2022

Universidade	Mecanismos: políticas, ações e medidas
Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Diversidades e Políticas de Ações Afirmativas
Universidade de Cruz Alta (Unicruz)	<ul style="list-style-type: none"> Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH)
Universidade La Salle (Unilasalle)	<ul style="list-style-type: none"> <i>He for She</i> (Movimento da ONU Mulheres) Semana do Orgulho LGBTQIA+ Universidade do Sentido Mulheres que mudam o mundo
Universidade do Vale do Taquari (Univates)	<ul style="list-style-type: none"> <i>He For She</i> (Movimento da ONU Mulheres) Política de Respeito às Individualidades em Diferentes Dimensões Banheiros sem gênero

⁷ O Estado do Paraná conta com poucas universidades comunitárias, pois esse Estado adotou uma política de educação superior gratuita, por meio da criação de sete Universidades Estaduais, com *campus* espalhados em diferentes regiões do Estado. Já SC e RS possuem apenas uma Universidade Estadual em cada Estado.

Universidade de Passo Fundo (UPF)	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso de ações em busca da igualdade de gênero • Programa Vivências Femininas
-----------------------------------	--

Fonte: elaboração das autoras, dados da pesquisa (2022).

Como se observa no Quadro 1, nas universidades comunitárias, até o ano de 2022, existiam apenas três mecanismos que se caracterizavam como políticas institucionalizadas: a Secretaria de Diversidades e Políticas de Ações Afirmativas da Unesc; Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos da Unicruz e a Política de Respeito às Individualidades em Diferentes Dimensões da Univates⁸. Essas políticas promovem diferentes ações em vista da igualdade de gênero ou para combater diferentes formas de violências. Na Univates, a partir da Política de Respeito às Individualidades, foram implantados em cinco prédios do *campus* de Lageado, no ano de 2018, a política de Banheiros sem Gênero, cuja ação teve participação e sugestão do Diretório Central de Estudantes (Rohde, 2018), o que aponta a força do poder de estudantes organizados, dentro das instituições, para a mudança de estruturas. Em um contexto de perseguição a gênero e da polêmica em torno dos referidos banheiros, difundida pelos discursos de agentes conservadores, essa iniciativa representou um corajoso ato político democrático, por garantir direitos humanos da população LGBTQIA+. Outra ação significativa na Univates é a sua adesão ao movimento #ElesPorElas (#HeForShe), lançado pela ONU Mulheres, em 2014. Trata-se de um movimento de solidariedade que visa envolver toda a sociedade, inclusive os homens e meninos, na promoção da igualdade de gênero.

Como se observa no Quadro 1, a Unilasalle também integra o Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento #ElesPorElas. Além de sua adesão a esse movimento, a referida universidade mobiliza mais três medidas: a) Semana do Orgulho LGBTQIA+, que é uma ação pontual anual, que promove a inclusão da diversidade, luta contra o preconceito; b) Mulheres que mudam o mundo, um programa de concessão de bolsas para mulheres em situação de vulnerabilidade; c) Universidade do Sentido, que é uma política internacional. A Universidade do Sentido é um projeto idealizado pelo Papa Francisco, sendo criada em 2020, inspirada em uma lógica pautada na cultura da escuta, do encontro, da solidariedade e do cuidado diante de problemas e preocupações humanas. Inclui também temas referentes à violência, desigualdade e população LGBTQIA+. É uma universidade pública, gratuita, global, intergeracional, inter-religiosa e multicultural, cuja sede formal é a Cidade do Vaticano, tendo microssedes em universidades confessionais, públicas e privadas nos cinco continentes (Lançamento, 2020).

Verificamos que na Unilasalle e na Univates, a título das políticas, ações e medidas, estas contemplam as especificidades das mulheres e das pessoas LGBTQIA+, no sentido de promover tanto a igualdade quanto a prevenção das violências, uma vez que esses grupos são os mais vulneráveis às diferentes formas de violências de gênero, como discriminação, homofobia, assédios e/ou importunação sexual.

Quando verificamos o nome dos mecanismos e das medidas criadas nas UC, podemos afirmar que são ações com perspectiva de gênero, como a ONU propõe, uma vez que objetivam promover a igualdade e equidade de gênero e o respeito às diversidades. Isso se torna uma necessidade, pois de

⁸ Na Univates foi criado um composto comitê por professor(es), funcionário(s) técnico-administrativo(s) e estudantes para avaliar eventuais casos de infração à política (Moras, 2017).

acordo com Stromquist (1996), é preciso considerar a equidade de gênero como uma dimensão crítica nas políticas públicas, uma vez que sem uma abordagem específica, as desigualdades às violências de gênero tendem a se perpetuar nos cenários sociais.

Além dos mecanismos e das medidas permanentes, buscamos mapear as suas principais ações⁹, as quais evidenciamos no quadro a seguir.

Quadro 2 – Mecanismos para a igualdade/equidade de gênero nas UC da Região Sul do Brasil

Nome	Ano	UC	Principais ações
Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH)	2012	Unicruz	Desenvolve ações em diferentes frentes. No que diz respeito à diversidade sexual, de gênero e étnica, promove o empoderamento da comunidade acadêmica e externa, tornando os sujeitos capazes de incidir política e socialmente nos seus contextos, tendo em vista o reconhecimento da diversidade sexual e o combate ao sexismo, à homofobia e ao preconceito étnico.
Secretaria de Diversidades e Políticas de Ações Afirmativas	2017	Unesc	Fomenta a criação de políticas afirmativas voltadas a populações historicamente vulneráveis compreendidas nas transversalidades de raça/etnia, deficiência, geração, classe, gênero, diversidade sexual, dentre outras em nível institucional junto aos diversos setores e programas que trabalham com a temática de direitos humanos. Promove espaços e incentiva diálogo entre projetos e programas institucionais a respeito das diversidades, ações afirmativas e de promoção de cultura de paz, junto à comunidade externa.
He for She	2018	Unilasalle	Universidade integra o Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento #ElesPorElas (#HeForShe), da ONU Mulheres. Realiza ações dentro e fora da universidade para a igualdade de gênero e o combate à violência.
Semana do Orgulho LGBTQIA+	não consta	Unilasalle	Semana do Orgulho LGBTQIA+, o objetivo é dar visibilidade para histórias de lutas e resistência desta comunidade, no sentido de enfrentamento à discriminação e todas as formas de violência.
Universidade do Sentido	2020	Unilasalle	A proposta é de uma Universidade que acolha as preocupações e as questões das pessoas e, a partir delas, responda com ensino e pesquisa, enquanto a própria vida encarrega esses jovens de se colocarem novas questões. Estão inclusas pautas de violência, desigualdade e população LGBTQIA+. É uma política internacional e ampla em todas as instituições.
Mulheres que mudam o mundo	2020	Unilasalle	Programa de concessão de bolsas para mulheres em situação de vulnerabilidade para permanência no ensino superior. Resultado da participação da universidade com o programa da ONU He For She.
He For She	2019	Univates	Universidade integra o He For She – compromisso com a agenda 2030. Realiza ações dentro e fora da universidade para a igualdade de gênero e o combate à violência.
Política de Respeito às	2017	Univates	Política de Respeito às Individualidades em Diferentes Dimensões está vinculada à política de inclusão da

⁹ As informações foram coletadas nos sites das instituições e no núcleo de notícias publicadas pelas universidades.

Individualidades em Diferentes Dimensões			universidade que formaliza o posicionamento da Instituição de respeito às diferenças. Tem como objetivo o desenvolvimento de um ambiente livre de discriminação, preconceito, violência e assédio. A política considera diferenças relacionadas a questões de gênero, raça, religião, posicionamento político, entre outras.
Banheiros sem gênero	2018	Univates	Medida que prevê a adaptação dos espaços da universidade, vinculada à política de respeito às individualidades, ampliação de direitos.
Compromisso de ações em busca da igualdade de gênero	2020	UPF	Assumiu o compromisso com os objetivos do milênio das Nações Unidas, dentre eles, busca produzir ações focadas na igualdade de gênero.
Vivências Femininas	2021	UPF	Programa Vivências Femininas tem como objetivo oportunizar espaços coletivos de debate voltados às questões de gênero, classe e raça, possibilitando um contexto em que seja possível fortalecer uma rede de apoio às mulheres que fazem parte da Universidade. Está vinculado à Divisão de Gestão de Pessoas da UPF, ao Setor de Atenção ao Estudante e ao Projeto de Extensão Arché: experimentações filosóficas. O programa busca reunir funcionárias, professoras e acadêmicas para refletir, dialogar e compreender temas que permeiam o dia a dia.

Fonte: elaboração das autoras, dados da pesquisa (2022).

Como se observa no Quadro 2, grande parte dos mecanismos promove ações afirmativas para a equidade de gênero e respeito às diversidades, as quais são importantes para a construção de uma cultura igualitária e mobilização de relações respeitadas, necessárias para prevenir processos de violência, tanto para mulheres quanto para pessoas LGBTQIA+. Contudo, chama a atenção que somente em três universidades aparecem mecanismos e/ou medidas com ações que visam combater as discriminações e violências que ocorrem no interior das universidades. Ou seja, em que nas ações aparece de forma evidente o termo “combate ou enfrentamento à violência”. Trata-se do Núcleo de Ação em Pró-Direitos humanos (NAPDH) da Unicruz, que em seus objetivos aparecem ações para o “combate ao sexismo, à homofobia e o preconceito étnico”; o *Her for She* da Unilassalle e da Univates, que mencionam realizar ações “para a igualdade de gênero e o combate à violência”; a Semana do Orgulho LGBTQIA+, como uma ação pontual de enfrentamento à discriminação e todas as formas de violência e a Política de Respeito às Individualidades em Diferentes Dimensões da Univates, que objetiva desenvolver um ambiente livre de discriminação, preconceito, violência e assédio.

Podemos inferir que essas políticas, medidas ou ações estão em poucas instituições de ensino superior diante das recorrentes notícias sobre denúncias de violências no espaço universitário, como tem evidenciado estudos recentes, a exemplo da pesquisa do Instituto Avon/ Data popular, realizada em 2015¹⁰, a qual apontou que 67% das estudantes afirmaram ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por um homem no ambiente universitário (Scavone *et al.*, 2015).

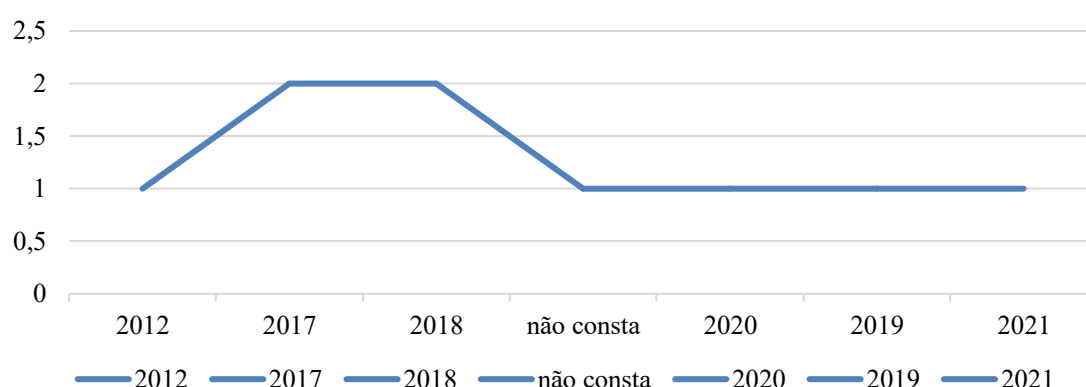
¹⁰ Pesquisa realizada com 1.823 universitários das cinco regiões do país, sendo 60% mulheres e 40% homens.

As ações para promover respeito e combate à discriminação e preconceito em relação à orientação sexual e identidade de gênero, mais especificamente, às pessoas LGBTQIA+, são reduzidas. É possível evidenciar mais na Unilasalle e na Univates, sendo que esta última instituiu a política dos banheiros sem gênero. As poucas ações destinadas a esses grupos podem estar relacionadas à vigilância conservadora da ofensiva antigênero, que visa desqualificar estudos e o debate acadêmico de gênero e conter os avanços acerca dos direitos da igualdade de gênero e do reconhecimento das diversidades sexuais (Furlin, 2021b). Com essa vigilância voltada ao campo educacional, esses grupos continuam sendo invisibilizados também nas políticas e as violências que sofrem parecem não receber, ainda, a devida atenção da sociedade e da comunidade acadêmica.

Com base no pensamento de Teresa de Lauretis (1994), podemos considerar que os mecanismos, medidas e ações práticas, ainda que reduzidos, são instrumentos ou tecnologias de gêneros necessárias para impactar na construção de uma cultura igualitária, que é imprescindível para erradicar as violências de gênero. Isso porque, as violências de gênero nas universidades precisam ser incluídas como parte das políticas públicas de inclusão e equidade de gênero, nas instituições de ensino superior (Barreto-Avila; Flores-Garrido, 2018).

Para possibilitar a visualização do movimento cronológico acerca da criação dos mecanismos, apresentados no Quadro 2, elaboramos o gráfico que segue.

Gráfico 1 – Ano de criação dos mecanismos e medidas para a igualdade de gênero nas UC



Fonte: elaboração das autoras, dados da pesquisa (2022).

Observa-se que dez dos mecanismos e medidas, mapeados na pesquisa, surgiram entre os anos de 2017 e 2021. Somente o Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH), da Unicruz, havia sido instituído antes desse período. Essa expressão mais significativa de mecanismos específicos, que aparecem nos últimos anos, pode ter relação com diferentes fatores, como: as políticas de afirmação positiva para as diversidades de gênero; o impacto das políticas de gênero implementadas em diversos setores da sociedade civil, nas duas últimas décadas, que refletiram também para dentro das universidades; a maior visibilidade das denúncias de violências no interior de universidades, ocorridas a partir de 2015; a pressão de estudantes organizadas em coletivos feministas e os tratados internacionais, como os ODS da Agenda 2030 da ONU e o

movimento *He For She*, lançado pela ONU Mulheres, em 2014, bem como o impacto de diversos movimentos estudantis contra os trotes acadêmicos.

É importante destacar que apesar de não termos encontrado mecanismos e/ou política institucionais com perspectiva de gênero, em todas as Universidades Comunitárias (UC), na consulta às notícias publicadas nos *sites* dessas instituições de ensino constatamos que algumas¹¹ têm realizado diversas atividades educativas de prevenção às violências de gênero. Assim, foram identificadas 36 notícias, cujas ações foram agrupadas em nove categorias, as quais se referem a aulas magnas, estudos sobre mulheres e violências, lançamento de livros, ações promovidas por centros acadêmicos, ligas acadêmicas, coletivos e estudantes em geral, palestras e eventos, aulas no curso de direito, produção de cartazes, *banners*, *folders* e promoção de oficinas, cursos e especializações. Em geral, cada notícia publicada nos *sites* institucionais de UC¹², no período de 2019 a 2022, abordava uma ação específica, de modo que as quantificamos no intuito de dar visibilidade às ações pontuais mais recorrentes, as quais foram sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Ações de prevenção e enfrentamento de violências de gênero identificadas em notícias publicadas nos *sites* das UC, no período de 2019 e 2022

N	Ações desenvolvidas pelas UC	Total
1	Ações de conscientização promovidas pelo curso de Direito para acadêmicos e demais integrantes da universidade	7
2	Palestras e eventos internos sobre gênero, violência	7
3	Aula magna entre cursos sobre relações de gênero, combate à violência contra as mulheres	6
4	Ações de conscientização promovidas por centro acadêmicos, ligas acadêmicas, estudantes e movimentos estudantis, coletivos	5
5	Estudos/pesquisas sobre mulheres, violências e vulnerabilidades	4
6	Produção de cartazes, <i>banners</i> e <i>folders</i> internas	3
7	Cursos, oficinas, especializações	2
8	Aula no curso de direito sobre violência contra as mulheres	1
9	Lançamento de livros sobre o tema	1
	Total	36

Fonte: elaboração das autoras a partir dos dados da pesquisa (2022).

Na sistematização evidenciada no Quadro 3, constata-se que as ações para a prevenção de violências e gênero são apresentadas de forma ampla, contudo há a tendência de associar mais às mulheres. As notícias mostraram que muitas dessas iniciativas foram realizadas por cursos específicos, como: Direito, Fisioterapia, Educação Física, Psicologia, Enfermagem, etc. Algumas notícias relatavam iniciativas promovidas por coletivos, centros acadêmicos, movimentos estudantis, o que evidencia que as ações são realizadas mais por iniciativas de estudantes organizados do que pela gestão da instituição (Furlin; Bido, 2025). Essas ações, que se realizam de forma pontual, por mais simples que sejam, são educativas e em médio e longo prazo podem contribuir com processos de mudança na cultura e, consequentemente, com novas práticas nas

¹¹ Isso não significa que outras universidades não tenham realizado ações voltadas para esse fim, uma vez que tais atividades nem sempre se tornam notícias nos *sites* institucionais.

¹² Aqui nosso objetivo não foi associar as ações com as devidas universidades, mas dar visibilidade as mais recorrentes.

instituições. Ou seja, tais ações atuam como tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) pelo poder de produzir efeitos na cultura, em vista da construção de novas relações de gênero.

Vale destacar que as ações sistematizadas, por meio de notícias levantadas, expressam parte da realidade, uma vez que muitas instituições acadêmicas nem sempre registram suas ações em notícias publicadas. Contudo, os dados que coletamos nas notícias divulgadas nos *sites* de universidades comunitárias evidenciam certa preocupação com os processos de discriminação e violências que determinado segmento social, como mulheres, negros e população LGBTQIA+, tende a sofrer nos espaços públicos. São ações educativas que promovem uma cultura cidadã de respeito aos direitos humanos, cuja tarefa é compromisso ético e político das universidades. Por mais simples que sejam essas ações, elas são importantes para a produção de novos significados de gênero e para desconstruir as relações hierárquicas de poder (Scott, 1995) que geram processos de violências.

Na busca por notícias encontramos, ainda, iniciativas estudantis que promovem debates sobre as violências de gênero, como, por exemplo: o Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); o Coletivo Lara de Lemos, Coletivo Três Marias e Coletivo Estudantil Diversidade da PUC-PR. Também encontramos ações que são realizadas especificamente por Centros Acadêmicos¹³, tendo como foco temas acerca dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, no universo acadêmico. Iniciativas estudantis, tanto de coletivos feministas quanto dos centros acadêmicos, são significativas quando as instituições acadêmicas ainda não despertaram para ações e políticas voltadas à prevenção e enfrentamento das violências que ocorrem no espaço universitário. Isso mostra que o feminismo tem se tornado para as jovens estudantes uma ferramenta política de luta por direitos, por igualdade e equidade e de pressão social no interior das instituições universitárias.

Assim, na falta de iniciativas das instituições acadêmicas, os movimentos e organizações estudantis podem contribuir para pressionar os(as) gestores(as) das universidades a criarem iniciativas para prevenir e enfrentar as violências de gênero e para produzir iniciativas em vista de dar garantia aos direitos humanos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo evidenciamos o resultado do mapeamento dos mecanismos de gênero, criados em universidades comunitárias da Região Sul do Brasil, até o ano de 2022. Evidenciamos ainda as ações realizadas, em vista de uma cultura de igualdade e da prevenção das violências. Desse modo, podemos concluir que existem iniciativas importantes, contudo ainda incipientes, considerando o avanço das políticas com perspectiva de gênero na sociedade e do arcabouço jurídico de proteção aos direitos das mulheres.

Em cenário global, em que cada vez mais as denúncias de violências de gênero (assédios, importunação sexual, discriminação, estupro...) ocupam o cenário público, é fundamental que as instituições de ensino superior tenham o compromisso com a equidade e com a erradicação das violências de gênero que ocorrem no espaço universitário, contribuindo para o desenvolvimento

¹³ Não priorizamos, neste estudo, aprofundar iniciativas de discentes porque o objetivo se tratava na busca de mecanismos institucionais, mas consideramos importante citar neste artigo.

sustentável, como propõe a ONU, e com o direito das mulheres de viverem uma vida livre de violências e de permanecerem no ensino superior e prosseguirem em suas carreiras profissionais.

Para isso se faz necessária a criação e o fortalecimento de mecanismos e políticas com perspectiva de gênero, que visam proteger todas as mulheres e pessoas LGBTQIA+ que habitam, circulam, estudam, trabalham e transitam nestes locais. Políticas assim são fundamentais para mudar a cultura, transformando valores e comportamentos da comunidade universitária, em vista da construção de espaços saudáveis e seguros para todos, especialmente para grupos de pessoas, que tendem a sofrer mais os efeitos da violência física e simbólica, gerados por estruturas desiguais. Como bem pontuado pelo estudo da chilena Angélica Maria Hernandez-Ramirez (2021), a violência de gênero contra os corpos identificados como femininos está enraizada na distribuição desigual das hierarquias de poder de ordem simbólica e no exercício desigual dos direitos associados ao gênero também dentro das instituições de ensino superior. Assim, faz-se necessário problematizar a normalização da violência, o desvio de atenção aos problemas concretos, a distorção de fatos e a impunidade das denúncias, em prol da construção de sociedades justas e inclusivas.

Isso é uma urgência quando está em questão a construção de uma cultura de equidade que garanta o acesso democrático à educação, bem como a permanência das meninas e mulheres na formação profissional. É necessário que as universidades comunitárias construam políticas institucionais com recorte de raça e gênero, que visem proteger mulheres e pessoas LGBTQIA+, que são os grupos mais vulneráveis às violências de gênero. Talvez mais que mecanismos institucionais específicos e ações pontuais, é preciso fazer resistência à ofensiva antigênero e incluir o debate transversal de gênero nos currículos educacionais ou disciplinas específicas sobre gênero, como estratégia política de mudança cultural e de construção de relações de respeito e de igualdade, que são antídotos contra os diferentes tipos de violências de gênero.

É importante ressaltar que os poucos mecanismos e medidas criados em universidades brasileiras, até o ano de 2022, foram, em grande parte, associados às reivindicações de mobilizações estudantis e da pressão de membros da comunidade acadêmica. Com a aprovação da Lei n. 14.540, de 3 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, essa realidade tende a modificar e, certamente, passaremos a presenciar um movimento de cima para baixo, em que as universidades agora precisam cumprir uma lei, de modo que se abre um novo campo de pesquisa para averiguar se as UC também aderirão a essa política nacional.

Oxalá, que essa lei gere maior compromisso por parte das instituições acadêmicas, na prevenção e enfrentamento das violências de gênero, pois quando há omissão ou silenciamento diante das violências, isso também se constitui uma forma de violência, como bem pontuou a escritora feminista Sara Ahmed (2021).

Enfim, é preciso avançar em estudos que tragam maior visibilidade ao problema social das violências que ocorrem em universidades e como os mecanismos já existentes funcionam, bem como que tipo de ações são realizadas para a formação e sensibilização da comunidade estudantil sobre os temas de gênero, sexualidades e violências. Isso se torna crucial para a construção de

políticas institucionais viáveis e efetivas, que garantam a segurança das mulheres e a sua permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Complaint!** Durham: Duke University Press, 2021.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violência contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina *et al.* (org.). **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina *et al.* (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

BARRETO-AVILA, Magali; FLORES-GARRIDO, Natalia. Institucionalización, violencia de género y demandas desde la base. *Nómadas*, Bogotá, n. 44, p. 201-217, jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n44/n44a12.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa; MELLO, Roseli Rodrigues de. As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 29-58.

BERMÚDEZ-URBINA, Flor Marina. Aquí los maestros no pegan porque ya no se acostumbra. Expresiones de la violencia hacia las mujeres en la Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. **Península**, Mérida, v. 9, n. 2, p. 15-40, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-57662014000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2023.

CAPOVILLA, Silmara Helena. **Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres**: recompensas para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na UFSCar. Dissertação (Mestrado Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MONTANÉ, Alejandra López. Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil: Avanços e Limites. **Labrys, estudos feministas**, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys22/education/maria%20eulina.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ELÍAS, María Guadalupe Huacuz; SOLÍS, Flor de María Gamboa. The University and Gender-based Violence: Feminist Experiences and Reflections from Mexico. **Annual Review of Critical Psychology**, v. 15, p. 82-99, 2018.

FURLIN, Neiva; BIDO, Eloísa. Iniciativas das universidades comunitárias da Região Sul do Brasil na prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres. **Revista**

Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025029, 2025.

<https://doi.org/10.20396/riesup.v11i00.8674446>.

FURLIN, Neiva. Políticas educacionais com perspectiva de gênero nos governos de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n.1, p. 133-156, 2021a. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010007>.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 1-23, jan./mar. 2021b. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i44.7042>.

GAMA, Fabiane; BALDISSERA, Marielen. Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 325-356.

GUINOT, Helena Varela. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 65, n. 238, p. 49-80, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/rmcps/v65n238/0185-1918-rmcps-65-238-49.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HERNANDEZ-RAMIREZ, Angélica María. Página en blanco: discursos de resistencia para reconocer y documentar la violencia contra la mujer en el ambiente académico. **Polis**, Santiago, v. 20, n. 59, p. 185-202, mayo 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.32735/s0718-6568/2021-n59-1587>

LANÇAMENTO. **Universidade do sentido**. Unilasalle. 2020. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/eventos/lancamento-universidade-do-sentido>. Acesso em: 13 out. 2023.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Melina Moreira Campos de; CEIA, Eleonora Mesquita. Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 3-28.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily E. Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: Como romper com o “cis-tema”? **Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 199-221, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/27346>. Acesso em: 23 fev. 2025.

LÜCKMANN, Luiz Carlos; CIMADON, Aristides, BERNART, Eliezer Emanuel. O modelo comunitário de educação superior: instituições públicas não estatais? **Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Piracicaba, v. 63, n. 25, p. 19-34, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/impulso/article/view/2219>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MAIA, Tiago. **UFOP lança campanha contra violência de gênero na Universidade**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/comunidade/ufop-lanca-campanha-contra-violencia-de-genero-na-universidade>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MAITO, Deíse Camargo; SEVERI, Fabiana Cristina. Violência e discriminação de gênero na universidade e acesso à justiça para mulheres. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017.

MARTINS, Ana Paula Antunes; BANDEIRA, Lourdes Maria; DIAS, Fernanda Mendes. Equidade de gênero na educação superior: retratos de violências contra estudantes no contexto de políticas institucionais. *In*: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 359-832.

MINGO, Araceli. “Juntas nos quitamos el miedo”. Estudiantes feministas contra la violencia sexista. **Revista Iberoamericana de Educación Superior** Ciudad de México, v. 11, n. 31, p. 3-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22201/iissue.20072872e.2020.31.703>

MORAS, Nicole. **Univates lança política de respeito às individualidades**. 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/noticia/20011-univates-lanca-politica-de-respeito-as-individualidades>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre *In*: STEVENS, Cristina *et al.* **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

ROHDE, Sara. Educação sem gênero e sem preconceito. **Riovale Jornal**, 17 out. 2018. Disponível em: <http://www.riovalejornal.com.br/educacao-sem-genero-e-sem-preconceito/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ROSA, Bruna Silveira da *et al.* **Pesquisa sobre percepção de assédio moral e sexual relativo a gênero na UFRGS - Relatório I**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/wp-content/uploads/2020/06/RelatorioAssedioUFRGS.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**, Salvador: EDUFBA, 2016.

SCAVONE, Miriam *et al.* **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Data Popular/Instituto Avon, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Manuela Ramos da; BARBOSA, Marcos Antonio de Souza; LIMA, Lucas Gabriel Bezera. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em administração: explorando a análise temática. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 111-123, jan./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i1.38405>.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2-40, jan./abr. 1996.

Recebido em: 13 de dezembro de 2024

Aprovado em: 11 de março de 2025